

## **CARTA ABERTA**

**A Bahia vai querer competir com o Governo Federal como exemplo de retrocessos ambientais no país ou vai voltar a ser vanguarda com avanços ambientais efetivos?**

Enquanto o Brasil chora o crime ambiental de Brumadinho, cometido pela Vale Mineração, sob a negligência criminosa dos órgãos ambientais mineiros e do Governo Federal, na Bahia o governo discute o novo secretariado, incluindo o/a titular da pasta de Meio Ambiente. Até o momento o nome mais cotado é o do ex-secretário Eugênio Spengler, que ocupou o cargo de 2010 a 2017. Embora pareçam acontecimentos desconexos, trata-se de um momento em que a Bahia pode continuar o caminho trilhado nas últimas gestões de fragilizar o licenciamento e a fiscalização ambiental, impondo um modelo autoritário apartado do diálogo com os movimentos populares e socioambientais, servidores e Ministérios Públicos (Estadual e Federal) ou decidir por um caminho que fortaleça e qualifique a gestão ambiental de forma técnica, participativa, sustentável, inclusiva e socialmente justa, como um modelo de vanguarda.

Graças a gestão deste ex-secretário, a Bahia estabeleceu um triste pioneirismo na instituição de modalidades declaratórias de licenciamento e de dispensa de licenciamento (atividades agrossilvopastoris) que têm sido amplamente questionadas por cientistas das mais diversas áreas, ambientalistas e o Ministério Público (Estadual e Federal). Esses retrocessos ambientais foram exportados como inovação para outros estados, e também no âmbito federal, descaracterizando a imagem de vanguarda que a gestão ambiental baiana tinha anteriormente.

Compreendemos que a riqueza em recursos naturais e sociobiodiversidade, ainda presentes no seu território, torna a Bahia uma referência nacional de belas paisagens e diversidade cultural, e propicia as condições básicas para o desenvolvimento econômico e social no Estado. Entretanto, toda essa riqueza é comprovadamente esgotável, e se a gestão sobre o seu uso não ocorrer de

forma sustentável e socialmente justa, a degradação ambiental decorrente é socializada para as populações mais vulneráveis enquanto os lucros das explorações predatórias são incorporados por poucos, consolidando um **modelo de gestão que só amplia a desigualdade social no estado da Bahia**. Compreendemos que esse “modelo de gestão” de uso dos recursos naturais, além de ser ambientalmente e socialmente predatório, e pautado no século 20 (em alguns casos até no século 19), não condiz com os valores defendidos pela esquerda brasileira, e reduz drasticamente a nossa capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Desta forma, nós, entidades socioambientais e ativistas, manifestamos nossa grande preocupação em relação a indicação do ex-secretário de Meio Ambiente Eugênio Spengler para a pasta, uma vez que este já demonstrou o seu descompromisso com uma gestão ambiental sustentável, qualificada, participativa e socialmente justa. Entendemos que o **modelo de gestão ambiental do ex-secretário é ultrapassado e conservador, e amplia a desigualdade social na Bahia**, sendo inclusive, totalmente incompatível com o **modelo proposto pelo candidato do PT à presidência da República nas últimas eleições**. Portanto, solicitamos que seja indicado um nome que, de fato, represente a área ambiental, e como tal, seja reconhecido e respeitado por ela.

Salvador, 31 de janeiro de 2019

Assinam esta CARTA ABERTA,

**GAMBÁ – GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA**

**IMATERRA – INSTITUTO MÃOS DA TERRA**

**INSTITUTO BÚZIOS**

**GERMEN – GRUPO DE DEFESA E PROMOÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

**COLETIVO SOS VALE ENCANTADO**

**COLETIVO VIVA O PARQUE DE PITUAÇU**

**COLETIVO JAGUARIBE VIVO**

**GERC – GRUPO ECOLÓGICO RIO DE CONTAS**

**ONG PRISMA**

**ONG IDEA**

**MOVIMENTO VOZES DE SALVADOR**

**CANTEIROS COLETIVOS**

**FORUM PERMANENTE DE ITAPUÃ**

**Prof. Miguel Accioly, Laboratório MARSOL (UFBA)**